

NENHUM DIREITO A MENOS

Reitores fazem caixa com arrocho sobre os trabalhadores

Participe da ASSEMBLEIA GERAL - quarta-feira (29) às 10h

O Fórum das Seis convoca todos e todas para um dia de paralisação com manifestação em frente a reitoria da USP, no dia 04/10. Nessa semana as entidades realizarão assembleias para discutir a proposta.

Os Reitores não cumpriram as promessas pactuadas anteriormente, em

reuniões para tratar sobre a data-base realizadas com o Fórum, não dando sequência às negociações já acordadas. As universidades estão fazendo caixa às custas do arrocho salarial, enquanto os trabalhadores amargam perda de renda.

Link da Assembleia Geral

ASSEMBLEIA GERAL DO STU DISCUTE PARALISAÇÃO 04/10
Quarta-feira • 29 de setembro • 10h até 12h30

Link da videochamada:

<https://meet.google.com/hyv-hbdy-hpe>

Veja matéria do Fórum pg 2

Debate do retorno

Na semana passada o STU realizou uma plenária para discutir os aspectos técnicos e jurídicos das condições sanitárias do retorno. Debate importante, no qual os trabalhadores colocaram os aspectos técnicos diferenciados que contradizem o que ocorre na universidade. O setor jurídico do STU também abordou os aspectos legais.

Vamos nos manter mobilizados.

O STU solicitou à reitoria a continuidade da reunião de negociação que ocorreu anteriormente (dia 13) a fim de tratar temas que não foram abordados durante o encontro. Os diversos aspectos do retorno presencial é um assunto de extrema importância e não foi contemplado na reunião do dia 13. A Reitoria respondeu essa semana a solicitação e agendou uma reunião para 20/10.

Nossa assembleia já sinalizou que não deve ter nenhum retorno, sem as condições sanitárias adequadas.



Manifestação contra a ditadura - Wikimedia Commons



Lideranças de servidores pressionam em Brasília

PEC32 passa na Comissão, mas pressão dos servidores surtiu efeito

A reforma Administrativa do governo Bolsonaro, PEC 32, foi aprovada na Comissão Especial e agora deve passar pelo plenário da câmara e do Senado. Devendo ter votação qualificada, 308 e 49 votos respectivamente para ser aprovada.

A pressão dos servidores e das entidades surtiram efeito. Fez o relator Arthur Lira (PFL-BA) fazer vários movimentos e algumas concessões para garantir a aprovação. Para aprovar na Comissão o governo fez vários partidos da base substituir seus deputados para garantir a aprovação. O texto foi aprovado por 28 votos a favor e 18 contra.

Isso mostra que não será fácil para o governo a aprovação dessa PEC e que a mobilização dos servidores em todo país precisa continuar.

Consu vota hoje a revogação do título de doutor Honoris Causa para Jarbas Passarinho em 1973

Em 2014 a Unicamp teve a oportunidade de revogar o título de doutor Honoris Causa, concedido em 1973 ao então ministro da educação da ditadura, Cel. Jarbas Passarinho.

A revogação do título exige 2/3 de aprovação. Naquele momento eram 50 votos, mas 49 votaram pela revogação.

Um Grupo de Trabalho - GT, constituído com a participação das entidades do campus, onde o STU foi

representando pelas companheiras Erika e a Silvana de Blásio, adequaram a proposta que será votada no CONSU (Conselho Universitário).

Passar a limpo os atos da ditadura é importante e didático para fortalecer a democracia. Nesses tempos de arrombos autoritários, com golpistas e defensores da tortura participando do governo federal é muito importante que a universidade sinalize de que lado ela está.



***Inflação na casa dos 10% ao ano, salários e benefícios hiper arrochados, omissão dos reitores...
Até quando vamos aceitar essa situação?***

Fórum das Seis indica dia de paralisação e ato na USP em 4/10. Queremos reuniões do GT salarial e sobre o retorno presencial

Em agosto/2021, o comprometimento das liberações financeiras das universidades estaduais paulistas com folha de pagamento caiu ainda mais: na média, ficou em 71,3%, o menor índice desde o advento da autonomia, em 1989. O número diminui mês a mês. Da mesma forma, o poder aquisitivo dos salários, já arrochados pela quase inexistente reposição inflacionária desde 2014, agora cai em ritmo acelerado, com a inflação já muito próxima dos 10%, considerando os últimos 12 meses (9,68%, segundo o IPCA medido pelo IBGE).

Quem vai ao mercado, paga a conta de luz ou de água, sabe bem o que isso significa na vida das famílias.

Já o caixa das universidades vai muito bem, obrigado! A previsão inicial da Secretaria da Fazenda para a Quota-Parte do Estado (QPE) da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 2021 era de R\$ 118 bilhões. A expectativa, agora, é que esse número seja superado, e muito, para algo entre R\$ 132 e R\$ 135 bilhões. Como os recursos para as universidades estaduais derivam do ICMS (9,57% da QPE), trata-se de uma ótima notícia. Em agosto, a arrecadação do ICMS-QPE foi de R\$ 11,906 bilhões, R\$ 887,646 milhões superior à previsão mensal da Secretaria da Fazenda, com base em uma arrecadação anual de R\$ 132 bilhões. As reservas das universidades – o famoso “colchão” – devem chegar ao final do ano mais robustas que nunca.

Enquanto fazem caixa, os reitores apoiam-se em suas interpretações particulares da Lei Complementar (LC) 173/2021, com as quais os sindicatos divergem, para dizer que estão impedidos de negociar qualquer coisa este ano. Foi esta a alegação utilizada por eles nas duas únicas reuniões de negociação da data-base 2021.

Os reitores concordaram apenas em criar um grupo de trabalho entre as partes para formular alternativas para um plano de recuperação de perdas salariais e para um plano de valorização dos níveis iniciais das carreiras. Realizaram uma única reunião do GT, prometeram retomá-lo ainda em julho... e nada! Não honraram a palavra empenhada e, desde então, não respondem aos ofícios do Fórum das Seis. É esse o diálogo democrático que sinalizaram às entidades?

O que estão esperando? Chegar em janeiro de 2022 e serem surpreendidos com algum decreto do governador João Doria, candidatíssimo ao Planalto, que confisque os caixas das

universidades e proíba reajustes por mais algum longo período?

Rodada de assembleias até 29/9 para discutir e deliberar sobre:

➔ Realização de um dia de luta em 4/10, com paralisação nas unidades e ato público presencial na USP, às 10h (com a adoção de todas as medidas de proteção sanitária), para cobrar do reitor Vahan Agopyan, atual presidente do Cruesp, imediato agendamento de reunião do GT salarial e reunião do Fórum das Seis com o Cruesp para debater o retorno presencial seguro. A expectativa é que as entidades representativas da USP levem um bom número de participantes, enquanto as da Unesp e da Unicamp compareçam com delegações representativas.

O Fórum volta a se reunir no dia 30/9 para avaliar o retorno das assembleias de base e preparar as atividades de 4/10.

**CHEGA DE ARROCHO SALARIAL!
CRUESP, RESPEITE A COMUNIDADE
UNIVERSITÁRIA!
REUNIÕES, JÁ!**

Já se passaram quase
70 DIAS
desde a última
reunião com o Cruesp,
em 15/7/2021!

**Cadê a reunião do GT salarial?
Cadê a reunião para
debater o retorno presencial?**

O Cruesp concordou em constituir um GT para tratar da recuperação das perdas e da valorização dos níveis iniciais das carreiras. **Realizou uma única reunião e nada mais!** As entidades representativas também querem debater os parâmetros gerais do retorno presencial seguro. **Cadê o diálogo democrático, senhores reitores?**

FORUM das seis

Base governista tenta votar PLC 26, a minirreforma de Doria

A Frente Paulista em Defesa do Serviço Público, da qual fazem parte as entidades que compõem o Fórum das Seis, realizou um ato presencial na Assembleia Legislativa, na tarde de 21/9, para pressionar as/os deputadas/as estaduais a rejeitarem o projeto de lei complementar (PLC) 26, encaminhado pelo governador João Doria em 5/8, em regime de urgência.

Com todos os cuidados sanitários, as/os representantes sindicais presentes ocuparam as imediações da Alesp, enquanto o projeto era colocado em discussão no plenário. A informação era que o presidente da casa, deputado Carlão Pignatari (PSDB-SP), pretendia votá-lo no mesmo dia. A pressão do funcionalismo estadual, que culminou com a realização do ato, e a ação da bancada de oposição na Alesp conseguiram obstruir o processo. A discussão deve ser retomada na próxima semana.



Manifestação na Alesp, em 21/9 (Foto: Grupo Frente Paulista)

O PLC 26 vem sendo considerado uma minirreforma administrativa em São Paulo. Na tentativa de superar o governo Bolsonaro, Doria quer aprovar alguns ataques antecipados ao funcionalismo paulista. O projeto visa confiscar alguns direitos e criar critérios rígidos para o usufruto de outros, como:

- Retira a correção anual pelo IPC do adicional de insalubridade;
- Revoga a falta abonada;
- Revoga o pagamento do adicional de insalubridade durante a licença-prêmio;
- Estabelece critérios muito rígidos para a concessão do abono de permanência, que ficará condicionado ao pagamento por 12 meses;
- Revoga o pagamento das licenças-prêmio na aposentadoria e falecimento.

Fique atenta/o às informações de sua entidade e participe das atividades de mobilização contra o PLC 26!

Confisco de aposentados e pensionistas: Funcionalismo amplia pressão pelo PDL 22

A Frente Paulista em Defesa do Serviço Público continua mobilizando pela aprovação do PDL 22/2020 e dos demais projetos que propõem a revogação da cobrança extra sobre os aposentados e pensionistas estatutários do estado.

Como o Fórum das Seis vem divulgando, logo após a aprovação da reforma da Previdência, em março de 2020, a pretexto de uma não comprovada crise fiscal e sem qualquer estudo atuarial, o governador Doria baixou o Decreto nº 65.021, determinando uma drástica elevação na contribuição de aposentados e pensionistas em plena pandemia.

O projeto de decreto legislativo (PDL) 22/2020, de autoria do deputado Carlos Giannazi, chegou a ter regime de urgência aprovado e entrou na pauta do plenário da Assembleia Legislativa (Alesp) para votação em 16/12/2020. No entanto, manobras da base governista impediram que fosse votado. A luta agora é para que volte ao plenário e seja aprovado.

Atualmente, o PDL 22 encontra-se na Comissão de Administração, de onde seguirá para a Comissão de Finanças, para finalmente entrar em votação.

Entidades de servidoras/es da ativa e aposentadas/os organizam atividades virtuais e já realizaram atos presenciais na Alesp. O último tuitaço ocorreu em 21/9 e teve 48.200 tuitos (#VoteAlespPDL22). Fique atenta/o à divulgação por sua entidade e participe!

Vamos revogar o decreto de Doria!

Contra o confisco de aposentados e pensionistas!



Pressão e divergências adiam votação da PEC 32. Hora de aumentar a mobilização!

Nos últimos dias, a reação do funcionalismo público, que protagonizou manifestações virtuais e presenciais em todo o país, e o acirramento de divergências na base parlamentar que apoia a reforma administrativa levaram a seguidos adiamentos da tramitação da proposta de emenda constitucional (PEC) 32.

Atendendo ao chamado de suas entidades representativas, servidoras/es públicas/os participaram de tuitaços, enviaram mensagens e fizeram visitas a deputadas e deputados federais em suas regiões, assistiram a *lives* e debates, estiveram em atos virtuais e presenciais. A Frente Paulista em Defesa do Serviço Público, da qual fazem parte as entidades que compõem o Fórum das Seis, enviou uma delegação a Brasília, que tem percorrido gabinetes, dado entrevistas e feito manifestações no Congresso.

Como está a tramitação

O projeto enviado por Bolsonaro&Guedes ao Congresso encontra-se na Comissão Especial da Câmara, à espera da votação do substitutivo do relator, deputado Arthur Maia (DEM-BA). Inicialmente prevista para 16/9, a votação foi adiada seguidas vezes, à espera do desenrolar das negociações de bastidores. A intenção de Maia é apresentar novo relatório ainda esta semana, que se encerra em 24/9.

Mesmo as negociações com a “bancada da bala” não foram suficientes para dar segurança ao governo, ao presidente da Câmara e ao relator do projeto a ponto de colocarem o relatório em votação. Em entrevista à imprensa, o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (Progressistas-AL), reconhece que adiou a votação da reforma administrativa por insegurança quanto ao placar. Nos corredores do Congresso, a informação é que o governo teme não alcançar os 308 votos necessários à aprovação da PEC 32 em plenário. O cenário no Senado, para onde iria a PEC, se aprovada na Câmara, também é incerto para os defensores da reforma; Bolsonaro&Guedes ainda se ressentem da derrota durante a votação da MP 1.045 (a “carteira verde amarela”).

“Um tema como esse, num momento de tanta instabilidade política e



Manifestação em Brasília, em 14/9
(Fotos: Mídia Ninja)

muitas arrumações que precisam ser feitas, não é fácil de tramitar. São categorias que se organizam há muitos anos, com sindicatos fortes e que pressionam parlamentares em seus estados”, declarou Lira (*Correio Braziliense*, 16/9/2021).

Substitutivo mantém retrocessos

Segundo análise feita pelo Departamento Intersindical de Estatísticas

e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o substitutivo do deputado Arthur Maia amplia as chances de demissão ao incluir a possibilidade de desligar servidores estáveis que ocupam cargos tidos como “obsoletos”, implementa um rito acelerado em casos de demissão por desempenho insuficiente e regulamenta o contrato temporário, reduzindo a perspectiva de realização de novos concursos.

Aumentar a pressão nas ruas, nas redes e no Congresso

A um ano das eleições de 2022, o recado aos parlamentares é um só: quem votar contra os direitos do povo brasileiro, não volta.

Acesse <https://napressao.org.br/campanha/nao-a-reforma-administrativa> e pressione as/os deputadas/os.

